Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte JT (Editorial)
Data 17/4/2001 Pg. 3A
Class. 176

A derrota da máfia ambiental

Desde que o governador Mário Covas chamou para si a responsabilidade de enfrentar a máfia das "indenizações ambientais", após as reportagens do jornal **O Estado de S. Paulo** mostrando como procuradores, promotores, juízes, peritos e fazendeiros inescrupulosos criaram um sofisticado esquema de corrupção para se locupletarem à custa de desapropriações fraudulentas, o governo estadual já economizou R$ 600 milhões em processos que não viraram precatórios. Para os próximos quatro anos, segundo o relatório que a CPI da Assembléia divulgou na semana passada, esse valor deverá atingir R$ 3 bilhões.

Mas a vitória mais importante foi a mudança da jurisprudência no Judiciário. À medida que passou a se defender com argumentos mais sólidos, substituindo peritos corruptos por peritos honestos e contando com a assessoria de órgãos como o Instituto de Economia Agrícola e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o governo passou a ganhar causas milionárias até então consideradas perdidas. Com isso, ele inverteu a tendência dos julgamentos. Há cinco anos, seu porcentual de vitórias judiciais era próximo a zero. Agora, é de 80%.

Além de ter persuadido a Justiça de que houve superavaliação das terras desapropriadas, o governo também a convenceu de que havia maracutaia na cobrança de juros compensatórios – a indenização pelos lucros que os proprietários poderiam obter com a exploração em áreas de proteção ambiental. Embora essa indenização não esteja prevista por lei, o Tribunal de Justiça sempre a concedeu, inclusive no caso de morros e pirambeiras.

Arquivo AE

Graças às denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo", finalmente o governo estadual conseguiu enfrentar a máfia das "indenizações ambientais"

Só numa ação de desapropriação na Serra do Mar julgada na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça reduziu de R$ 29 milhões para R$ 5,5 milhões os juros compensatórios fixados pela Justiça estadual. "Como a topografia da região é montanhosa e a acessibilidade é nula, o aproveitamento econômico com a extração de madeira é inviável, porque seria impossível escoar uma produção com custos elevadíssimos", afirmou o relator.

A economia de R$ 24,5 milhões é o menos importante do que o princípio. Graças a esse precedente, todos os demais pedidos de pagamento de juros compensatórios agora poderão ser revistos, permitindo ao governo estadual fechar um dos principais buracos negros em suas finanças. Com essa medida, cujo sucesso só foi possível por causa das denúncias de **O Estado de S. Paulo**, os gastos com precatórios tendem a diminuir e muitos proprietários desonestos terão de devolver o que já receberam de forma desonesta.